

FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM/PARA OS DIREITOS HUMANOS: MEMÓRIAS E PROCESSOS

TRAINING OF EDUCATORS IN/FOR HUMAN RIGHTS: MEMORIES AND PROCESSES

Renato Pontes Costa **1**

Resumo: O presente relato de experiência apresenta um processo de formação de professores em/para os direitos humanos no curso de Pedagogia e demais licenciaturas da PUC-Rio, com recorte temporal entre 2013 e 2022. Esse processo vem se constituindo como espaço para produção de sentido e percepção dos direitos humanos pelos estudantes, para além da discussão teórica sobre o tema. A produção deste relato foi elaborada a partir da memória desse processo, objetivando reconhecer resultados emergentes a partir da fala dos estudantes e da análise das etapas de trabalho desenvolvidas nesse espaço de tempo. O texto evidencia a potencialidade desse processo formativo, na medida em que os estudantes exercitam a criatividade, a autoria e a autonomia na produção de oficinas pedagógicas de direitos humanos. O relato aponta, ainda, possíveis desdobramentos do trabalho na produção de materiais e atividades de extensão no campo da educação em direitos humanos.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos. Formação Inicial de Professores. Direitos Humanos. Formação de Educadores em/para os Direitos Humanos.

Abstract: This experience report presents a process of teacher training in/for human rights, in the Pedagogy course and other degrees at PUC-Rio, with a time frame between 2013 and 2022. This process has been constituting a space for production of meaning and perception of human rights by students, in addition to the theoretical discussion on the subject. The production of this report was elaborated from the memory of this process, aiming to recognize emerging results from the students' speech and the analysis of the work stages developed in this period of time. This report made the potential of this training process evident as students exercise creativity, authorship and autonomy in the production of pedagogical workshops on human rights. The report also points out possible consequences of the work in the production of materials and extension activities in the field of education in human rights.

Keywords: Education in Human Rights. Initial Teacher Training. Human Rights. Training of Educators in/for Human Rights.

1 Doutor e Mestre em Educação (PUC-Rio). Graduado em Filosofia. Professor do Departamento de Educação da PUC-Rio e vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação de Jovens e adultos (GEPEJA), na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5685624497619028>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7654-7593>. E-mail: recosta@puc-rio.br

Introdução

Este relato de experiência tem o intuito inicial de construir a memória de um processo de formação de professores(as) em/para os direitos humanos, implementado no curso de Pedagogia e demais licenciaturas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Com este texto, objetiva-se, inicialmente, historicizar a criação desse espaço de formação e a sua incorporação ao currículo do curso de Pedagogia, à luz do cenário político da educação em direitos humanos (EDH) no início dos anos 2000. O relato pretende, ainda, socializar a perspectiva de trabalho que vem sendo desenvolvida nesse curso há 10 anos e refletir sobre o lugar da EDH na formação de professores(as), tendo como base as “Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEDH)” (BRASIL, 2012b).

A partir de janeiro de 2023, com o momento de transição política em curso no país, instaura-se a possibilidade de retomada de um espaço de discussão do tema dos direitos humanos e da EDH no cenário político nacional. A experiência relatada se insere nesse movimento de compromisso, diálogo e construção coletiva que procura recolocar em pauta a questão dos direitos humanos. Nesse sentido, este relato socializa as ações desenvolvidas com intenção de dar visibilidade a uma prática que tem tentado desenvolver o que preceituam as DNEDH, no espaço específico da formação universitária de futuros(as) professores(as).

De 2016 a 2022, a democracia brasileira passou por um momento bastante complexo e desafiador. Durante esses 7 anos, assistimos ao crescimento de uma onda neoconservadora de extrema direita, com inúmeros retrocessos de conquistas acumuladas em diversas áreas nos últimos 20 anos (BARROCO, 2021; CORSETTI, 2019). Nesse cenário, não é difícil visualizar que os avanços obtidos em torno da EDH, a partir do início dos anos 2000, encontravam-se estagnados no campo das políticas públicas para esse setor. Apesar de todo o esforço para construção de instâncias e documentos norteadores das políticas públicas – como a criação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH (MIRANDA, 2008); a elaboração de um Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH (GREGORI, 2008); a formulação e aprimoramento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH (MONTEIRO, 2008); e, finalmente, a formulação das DNEDH, em 2012 –, as ações de indução, acompanhamento e monitoramento de políticas de EDH quase não existiram nos últimos anos.

Esse contexto, obviamente, não paralisa a militância nesse campo, mas dificulta, sobremaneira, o avanço de ações na educação básica. Mesmo depois de 20 anos das primeiras formulações do PNEDH, ainda é possível observar um distanciamento entre as concepções e princípios da EDH e a prática docente na educação básica. Essa lacuna histórica se configura como um desafio no novo momento político que se instaura a partir de 2023.

Educação em direitos humanos no cenário político brasileiro

A EDH no Brasil tem uma longa história e se associa à luta pela redemocratização do país e pelo fortalecimento da democracia, principalmente no momento pós-ditadura. Esse processo acontece em sintonia com a história latino-americana, marcada pela violação dos direitos humanos, com regimes autoritários, pobreza e desigualdade extremas e falta de acesso aos direitos fundamentais, mas também repleta de iniciativas, individuais e coletivas, de luta pelos direitos humanos. (SACAVINO; CANDAU, 2009; SILVA; TAVARES, 2013). Nesse contexto, a educação é entendida como um instrumento para a superação dessa realidade e um espaço de fortalecimento da democracia e de promoção da paz e da cidadania ativa. A EDH é, então, definida pelo PNEDH como:

[...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis

cognitivo, social, ético e político; desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações (BRASIL, 2006, p. 17).

Tal concepção é ratificada no 4º artigo da resolução nº 01/2012, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as DNEDH e também no parecer nº 08/2012 CNE/CP sobre as diretrizes. O referido parecer afirma que:

Os direitos humanos são frutos da luta pelo reconhecimento, realização e universalização da dignidade humana. Histórica e socialmente construídos, dizem respeito a um processo em constante elaboração, ampliando o reconhecimento de direitos face às transformações ocorridas nos diferentes contextos sociais, históricos e políticos (BRASIL, 2012a, p.1-2).

A educação é um direito humano e também um instrumento de defesa, de luta, de reconhecimento e valorização de outros direitos, sendo, por excelência, um espaço para a criação de uma cultura de direitos humanos. Por essa razão, é estratégico que a formação inicial e continuada de professores(as) se ocupe em convocar docentes em formação ao conhecimento/ aprofundamento de temáticas de direitos humanos, como também preceituam as DNEDH nos artigos 8º e 9º:

Art. 8º – A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais.

Art. 9º – A Educação em Direitos Humanos deverá estar presente na formação inicial e continuada de todos(as) os(as) profissionais das diferentes áreas do conhecimento (BRASIL, 2012B, P.2).

A experiência aqui apresentada parte dessas provocações e se insere no movimento histórico de luta pela expansão de iniciativas de formação de educadores em/para os direitos humanos.

Formação de educadores em/para os direitos humanos

A disciplina “Educação em Direitos Humanos” foi instituída no curso de Pedagogia da PUC-Rio na segunda metade da década de 1990, momento de grande efervescência de parcerias e ações conjuntas entre a sociedade civil e instâncias governamentais. Naquele período, destacam-se iniciativas em todos os níveis no âmbito universitário: graduação, pós-graduação, extensão e especialização (CANDAU; SCAVINO, 2009). A disciplina foi oferecida inicialmente como eletiva, mas, em seguida, passou a ser obrigatória no currículo do curso de Pedagogia e assim se mantém até os dias de hoje, sempre aberta para estudantes de outros cursos.

Na universidade, atualmente, todos os cursos de licenciatura precisam incluir obrigatoriamente na grade de disciplinas pedagógicas pelo menos uma disciplina relacionada aos direitos humanos. Diferentes cursos oferecem disciplinas de direitos humanos, cada um com um enfoque específico, considerando o departamento de origem: Direito, Relações Internacionais, Teologia, Cultura Religiosa, entre outros.

No Departamento de Educação, o curso não se constitui apenas como uma disciplina sobre direitos humanos, pois trata também da especificidade da educação em direitos humanos. Isso significa que a disciplina tem uma sólida dimensão teórica¹, ou seja, ocupa-se do estudo sistemático

¹ A cada semestre são incluídos novos textos, mas algumas das principais referências utilizadas no curso são: Andrade e Lucinda (2011), Candau (1999, 2008), Dornelles (2005), Fernandes e Candau (2017), Sacavino et al.

do tema dos direitos humanos e da EDH, de modo a permitir um mergulho nas principais temáticas que permeiam esses campos. O referencial utilizado abrange fundamentos teóricos e filosóficos da construção dos direitos humanos e da EDH no Brasil. Além da dimensão teórica, há também uma preocupação com a prática, já que busca pensar o universo da sala de aula, a atuação docente e as metodologias que podem contribuir com o trabalho do(a) educador(a) na implementação de ações em/para os direitos humanos.

No ano de 2013, houve uma mudança do professor regente dessa disciplina. O atual professor tem vasta experiência em Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que lhe confere uma perspectiva mais ampla de educação. Sendo assim, nos últimos 10 anos, a disciplina buscou combinar a sólida formação teórico-prática anteriormente mencionada à vivência de algumas dimensões características dos campos da EJA e Educação Popular, no intuito de proporcionar aos estudantes um processo de ação-reflexão-ação. Sendo assim, buscou-se partir da compreensão dos(as) estudantes sobre o tema, para, “junto com” eles(as), promover um processo de desconstrução e reconstrução da ideia de direitos humanos através da interação com diferentes concepções sobre a temática. Outro aspecto importante que se procurou inserir na dinâmica da disciplina é que esta deveria se constituir como um lugar de experimentação, criação e exercício da liberdade, ou seja, era preciso abrir espaço para a expressão do pensamento e para o exercício da autoria dos(as) estudantes na construção do processo metodológico.

Desde 2013, a proposta de trabalho nessa disciplina foi de que os(as) estudantes deveriam “criar” uma atividade prática para trabalhar temas de direitos humanos em sala de aula. No primeiro momento, não se tinha muita clareza do que exatamente deveriam fazer, nem como, mas já se colocava como possibilidade o uso de oficinas pedagógicas como proposta metodológica, na perspectiva historicamente trabalhada pela Novamerica, uma organização não governamental que atua em direitos humanos.

Assim, de 2013 até o momento atual, o curso vem propondo caminhos e experimentando processos de criação conjunta de oficinas pedagógicas de direitos humanos “junto com” os estudantes. A cada semestre, incluem-se novas etapas de trabalho e avaliam-se as atividades desenvolvidas, tentando refletir sobre os erros e acertos do caminho percorrido até o momento. Em outros artigos e palestras apresentados em diferentes espaços, foram detalhadas as etapas de trabalho, criadas para ajudar os estudantes no processo da produção das oficinas (COSTA, 2022; CANDAU; CHAGAS; COSTA, 2020; NASCIMENTO *et al.*, 2020) contudo, resumidamente, apresentamos neste relato algumas delas.

O processo inteiro envolve um único trabalho que dura o semestre letivo e culmina com a criação e realização, pelos(as) estudantes, de uma oficina pedagógica de direitos humanos. O tema da oficina é escolhido pelo grupo de trabalho e, em média, são formados seis grupos por semestre. Ao final, todos(as) os(as) estudantes têm acesso ao trabalho produzido por todos os grupos. Dessa forma, não ficam apenas com o seu planejamento, mas com todos os roteiros elaborados pela turma.

A produção das oficinas envolve um longo processo de discussão, que vai desde o momento inicial, em que os(as) integrantes dos grupos discutem e definem o tema a ser trabalhado ao longo do semestre; passando pelo estudo e aprofundamento da temática, com a produção de um levantamento bibliográfico, utilizando diferentes suportes midiáticos e textuais; até o momento em que os grupos criam e realizam suas propostas de oficinas em sala de aula. Para a maioria dos(as) estudantes, é a primeira vez que participam de um trabalho dessa natureza.

Nos últimos 10 anos, foram feitos 13 cursos, com uma média de 76 oficinas elaboradas pelos(as) estudantes. Algumas são muito incipientes, mas a maioria com excelente nível de qualidade, seja na discussão proposta, seja na criação de dinâmicas envolventes que promovem a participação e a integração dos(as) participantes.

Aprendizados e desafios do processo

A trajetória de trabalho em todos esses anos tem mostrado o quão profícua é a aposta na

liberdade, na criatividade e na autoria dos(as) estudantes. Isso fica claro nas avaliações, quando refletem sobre o significado do envolvimento em todo esse processo para a sua formação como educadores(as) em/para os direitos humanos.

[...] foi muito relevante para minha formação, mas também para minha vida pessoal. Me ajudaram a entender muitas questões vividas, como relatei no trabalho da G1. (Aluna A.2, 2017.2 – turma 2).

Essa matéria é muito importante para qualquer profissão. Acho que todas as pessoas deveriam passar por essa disciplina. Porém, acredito que o que mais me marcou e contribuiu na minha trajetória foram as oficinas. É uma coisa que já estou colocando em prática. (Aluna F.2, 2017.2 – turma 2).

As dinâmicas presentes nas aulas da disciplina me fizeram pensar em adotar este método para usar com os meus alunos, quando, futuramente eu me tornar professor, pois essas dinâmicas me fizeram refletir bastante ao longo do semestre e eu acredito que essa é uma das funções da educação, fazer pensar. (Aluno A.1, 2017.2 – turma 1).

A expectativa com esse trabalho não é de que se tenha, ao final, uma oficina pedagógica perfeita. O foco não está no “produto”, mas no “processo”, na vivência dos(as) estudantes. Espera-se que eles(as) percebam como o conjunto de atividades da disciplina pode contribuir para sua formação, que entendam a mecânica da elaboração das oficinas pedagógicas e a multidimensionalidade presente nas experiências de EDH.

Os(as) estudantes relatam como a disciplina muda a sua percepção sobre a temática mais ampla dos direitos humanos e sobre o tema específico escolhido por eles para trabalhar durante o semestre. Também relatam que, ao passar pela disciplina, conseguem problematizar a prática e projetar como será a sua atuação como futuros educadores em/para os direitos humanos.

Nesse percurso de 10 anos de atividades, muitos aprendizados foram sendo ressignificados e outros construídos sobre a formação de educadores(as) em/para os direitos humanos. Destaca-se, por exemplo, tentar vivenciar no curso uma formação “prática, contínua e multidimensional”, pressupostos da EDH. Isso só foi possível pelo fato de se acreditar e apostar no potencial criativo dos(as) estudantes e na possibilidade de abrir um espaço de expressão de seus pensamentos. Isso significa dizer que a formação de educadores(as) em/para os direitos humanos demanda uma ação criadora e não apenas reflexiva sobre o tema, algo que implica um investimento na autoria dos(as) estudantes. Essa disciplina estabelece uma parceria para que eles(as) criem suas próprias reflexões, elaborem as dinâmicas e desenvolvam as possibilidades de apresentação e condução da oficina. Como ensina Freire (1996), é possível perceber claramente nesse processo que a autoria está intimamente relacionada à autonomia, pois, em certa altura, são os estudantes que assumem a condução da disciplina.

Os ganhos são muitos, mas os desafios também são e estão presentes todo o tempo. Sem possibilidade de detalhar todos nesse relato, escolho o que me parece mais significativo e que diz respeito especificamente à ideia preconcebida que alguns(as) estudantes carregam sobre como deve ser um curso universitário. Não é fácil romper com anos e anos de escolarização, com a forma e o ritual escolar tão presentes e tão arraigados na trajetória de alguns(as) estudantes. Quando isso acontece, há uma grande dificuldade de ressignificar a concepção conteudista de aprendizado que eles(as) carregam. Um percentual pequeno, mas existente, de estudantes não conseguem entender ou mesmo interagir com a dinâmica do curso. Esse talvez seja o maior desafio dos(as) educadores(as) em direitos humanos no âmbito universitário, ou seja, lidar com um dos conceitos mais caros para o campo dos direitos humanos, que é a liberdade.

Considerações Finais

A presença da disciplina “Educação em Direitos Humanos” nos cursos de licenciatura da

PUC-Rio tem se revelado potente na formação de futuros(as) professores(as) como agentes da promoção de direitos humanos na educação básica. Da mesma forma, a opção metodológica concretizada nas oficinas pedagógicas, pelos seus resultados, permite afirmar que esta se trata de uma boa escolha, pois o envolvimento dos(as) estudantes na elaboração da oficina consegue tirá-los do seu lugar e lhes proporcionar uma possibilidade de experimentação e criação que serve de base para a construção de um *que-fazer* pedagógico e formativo.

Em consonância com as DNEDH, abrem-se, nesse momento, duas novas possibilidades de desdobramentos desse trabalho. O primeiro deles refere-se à produção de materiais de apoio para a educação básica, conforme disposto no artigo 11º das diretrizes, ou seja: “os sistemas de ensino deverão criar políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios orientadores os direitos humanos e, por extensão, a Educação em Direitos Humanos.”

Todos os roteiros de oficinas elaborados pelos estudantes nos últimos 10 anos encontram-se arquivados. A sistematização desses roteiros e a elaboração de um material paradidático de apoio aos professores da educação básica é um projeto em elaboração para ser realizado em 2023. A ideia é revisitar esses roteiros, com a ajuda de estudantes de pós-graduação que passaram pela disciplina como estagiários de docência no ensino superior e produzir um caderno de oficinas pedagógicas, mantendo a autoria dos estudantes de graduação. A elaboração de um material dessa natureza representará uma devolutiva aos próprios estudantes de graduação (muitos já professores(as) no exercício da função) e também a disponibilização de um material de suporte e consulta para professores(as) da educação básica.

O segundo desdobramento desse trabalho encontra eco no artigo 12º das DNEDH, quando afirmam que:

[...] as Instituições de Educação Superior estimularão ações de extensão voltadas para a promoção de direitos humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública (BRASIL, 2012b, p. 3).

Desde 2018, as universidades estão tensionadas com a resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as “Diretrizes para a extensão na educação superior brasileira”. Uma das possibilidades de ampliar a atuação no campo da extensão universitária, em observância a essa resolução, seria de promover a continuidade do processo feito na disciplina “Educação em Direitos Humanos”, desenvolvendo, em momento posterior, um ciclo de oficinas nas escolas da rede pública de ensino com alunos(as) e professores(as) da educação básica. Isso seria uma forma de consolidar o processo de elaboração e também de proporcionar às escolas um espaço de diálogo em torno das questões de direitos humanos, sensibilizando, assim, a comunidade escolar para a temática.

Essas duas ações mostram não só a importância do investimento na formação de professores(as) em/para os direitos humanos, mas a relação entre a universidade e a educação básica. O momento político atual nos convoca cada vez mais a caminhar nessa direção.

Referências

ANDRADE, Marcelo; LUCINDA, Maria da Consolação. Oficinas pedagógicas em direitos humanos: uma proposta de formação política com grupos populares. In: CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educar em tempos difíceis**: construindo caminhos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 253-272.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética, direitos humanos e neoconservadorismo**. São Paulo: EDUC, 2021. (Série Serviço Social).

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7/2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Seção 1, Brasília, DF, p. 49-50, 19 dez. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. **Parecer nº 08/2012**. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Relatores: Antonio Carlos Caruso Ronca (Presidente), Rita Gomes do Nascimento (Relatora), Raimundo Moacir Feitosa e Reynaldo Fernandes (membros). Brasília, DF, 2012a.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Resolução nº 1/2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em direitos humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: Seção 1, Brasília, DF, p. 48, 31 de maio 2012b.

CANAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Susana. Educação em direitos humanos no Brasil: ideias-força e perspectivas de futuro. *In*: MAGENDZO, Abrahan (org.). **Pensamiento y ideas-fuerza de la educación en derechos humanos en iberoamérica**. Santiago do Chile: UNESCO-OEI, 2009. p. 68-83.

CANAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008.

CANAU, Vera. Educação em direitos humanos: uma proposta de trabalho. *In*: ZENAIDE, Maria de Nazaré (org.). **Oficinas aprendendo e ensinando direitos humanos**. João Pessoa: JB Ed., 1999. p. 13-25.

CANAU, Vera; CHAGAS, Gisele; COSTA, Renato Pontes. **Educação em Direitos Humanos em Tempo de Pandemia**. 10 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GUF2fHruR3k>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CORSETTI, Berenice. Neoconservadorismo e políticas educacionais no Brasil. **Educação Unisinos**, v. 23, n. 4, p. 774-784, out./dez. 2019.

COSTA, Renato Pontes. Painel: Formação de Educadores em/para os Direitos Humanos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO (ENDIPE). 21., 2022, Uberlândia. **Anais [...]**, Uberlândia, 2022.

DORNELLES, João Ricardo W. Sobre os direitos humanos, a cidadania e as práticas democráticas no contexto dos movimentos contra-hegemônicos. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, ano 6, n. 6, jun. 2005.

FERNANDES, Yrama; CANAU, Vera. Direito à qualidade da educação e Educação em Direitos Humanos: inter-relações e desafios. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 2-9, jan./abr. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GREGORI, José. O primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos. *In*: BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). **Direitos humanos 2008**: a realidade do país aos 60 anos da declaração. Brasília, 2008. p. 23-24.

MIRANDA, Nilmário. A criação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *In*: BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). **Direitos humanos 2008**: a realidade do país aos 60 anos da declaração. Brasília, 2008. p. 25-27.

MONTEIRO, Aída. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. *In*: BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). **Direitos humanos 2008**: a realidade do país aos 60 anos da declaração. Brasília, 2008. p. 29-31.

NASCIMENTO, Erica *et al.* Interculturalidade, processos e formação e Educação em Direitos Humanos: experiências concretas e caminhos possíveis. Roda de conversa. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO (ENDIPE). 20., 2020, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, Rio de Janeiro, 2020.

SACAVINO, Susana Beatriz *et al.* **Construtores de cidadania**: oficinas pedagógicas para a formação de agentes sociais multiplicadores. Rio de Janeiro: Novamerica, 2007. (Oficina 6: O que são Direitos Humanos).

SILVA, Aída Maria Monteiro; TAVARES, Celma. Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 50-58, jan./abr. 2013.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Três teses equivocadas sobre os direitos humanos. *In*: Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos. **Manual de Mídia e Direitos Humanos**. São Paulo: Ed. PUC/USP, 2001. p. 75-81.

Recebido em 12 de dezembro de 2022.

Aceito em 13 de fevereiro de 2023.